

Garantia deixada pelo presidente da Câmara de Ponta Delgada

Parceria com as juntas garante maior proximidade entre eleitos e eleitores



José Manuel Bolieiro afirmou, esta quarta-feira, que a decisão do executivo camarário de Ponta Delgada ao promover um orçamento participativo, com carácter deliberativo (o primeiro dos Açores e um dos poucos do país), teve como grande objectivo recolher a opinião dos munícipes sobre a forma como se realizam os investimentos municipais.

Na conferência “A Política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos”, que incluiu a Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013, em Ponta Delgada, uma iniciativa da OTOC (Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da TSF Açores, o Presidente da Câmara evidenciou ainda o reforço de verbas para as Juntas de Freguesia como a forma de garantir uma maior proximidade do Poder Local com o eleitor.

O Presidente do maior Município dos Açores falava no âmbito do painel subordinado ao tema “A Relação entre os eleitores e os eleitos locais”, no qual participaram outros autarcas açorianos, e frisou que “as autarquias estão mais perto dos cidadãos e, desta forma, podem encontrar soluções mais rentáveis para os problemas com que estes se deparam”.

“O aumento de verbas para as 24 Juntas do concelho de Ponta Delgada, por parte da nossa autarquia, está a ser feito desde 2013, sem olhar a cores partidárias, mas sim tendo em conta a coesão territorial e o incremento da economia local. Assim, ajudamos a gerar uma economia de oportunidades” - frisou.

Segundo José Manuel, “estabelecemos critérios objectivos com vista à transferência equitativa de verbas para as 24 Juntas de Freguesia do concelho de Ponta Delgada, com uma majoração para as freguesias periféricas e rurais e uma redução para as citadinas. Em 2014, transferimos para as nossas Juntas 1,5 milhões de euros. A Câmara Municipal de Ponta Delgada tem um respeito absoluto pelas Juntas de Freguesia, independentemente da sua cor partidária”. Por outro lado, o Presidente da Câmara de Ponta Delgada defendeu como essenciais no exercício das funções de autarca a credibilidade no discurso político, a transparência nas contas públicas e a proximidade com os cidadãos.

Sobre o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, considerou o documento como importante, uma vez que permite às autarquias prever e planear melhor os próximos orçamentos.